

Senadores questionam Eduardo Jorge por 8 horas

O ex-secretário-geral da Presidência negou ter participado da liberação de recursos para obras do TRT de São Paulo. Já o presidente do Senado não vê motivos para criação de CPI, e considera que subcomissão poderá ter acesso a dados bancários dos envolvidos



Eduardo Jorge (*à esquerda na foto maior*) afirmou que seus contatos com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto se restringiam às nomeações de juízes classistas. Antonio Carlos Magalhães (*ao centro*) elogiou a reunião da subcomissão e ressaltou a disposição do Senado de investigar as denúncias. Os senadores (*foto menor*) interrogaram o ex-secretário da Presidência por quase oito horas, das 14h30 às 22h20.

PÁGINAS 2 A 5



Comissão para estudar o Orçamento está entre as sugestões de Osmar Dias

Osmar Dias propõe ações para combater a corrupção

PÁGINA 8

PROPAGANDA DE CARRO PODERÁ TER EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

PÁGINA 6



Emilia Fernandes: autora do projeto sobre mensagens educativas no trânsito

Debatida execução de emenda orçamentária

Os senadores realizaram ontem o terceiro dia de discussão da PEC que obriga o governo a executar as emendas parlamentares ao Orçamento da União.

PÁGINA 6



Maria do Carmo: "Retirar água do São Francisco não será a solução"

Maria do Carmo critica transposição do São Francisco

PÁGINA 7

ACM não vê fatos concretos para a convocação de CPI

Senador elogia reunião realizada ontem pela Subcomissão do Judiciário e diz que ela “vai atingir seus objetivos plenamente”

O ex-secretário da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira teve um desempenho melhor do que o esperado em seu depoimento na Subcomissão Permanente do Judiciário, conforme avaliação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Para ele, a possibilidade de instalação de uma CPI para investigar as relações do ex-secretário com a liberação de verbas para a obra superfaturada do TRT-SP está afastada, pelo menos por enquanto:

– A CPI está afastada pela falta de fatos concretos que justifiquem sua convocação. Se aparecerem tais fatos, aí pode-se pensar em CPI. Mas, no momento, eles não existem. A subcomissão está trabalhando muito bem, e, se continuar assim, vai atingir seus objetivos plenamente – afirmou.

Segundo Antonio Carlos, apesar de não ser uma CPI formal, a subcomissão poderá ter acesso a dados bancários sigilosos de pessoas sob suspeita de irregularidades, contando para isso com o apoio da Mesa da Casa e do Plenário. De acordo com o senador, “cada vez mais a assessoria da presidência do Senado conclui que temos o poder de quebrar sigilos bancários”. Ele se diz “admirado” com o fato de a oposição “não desejar que se faça isso”. A quebra do sigilo, explicou o presidente do



Segundo Antonio Carlos Magalhães, a Subcomissão do Judiciário poderá ter acesso a dados bancários de pessoas suspeitas

Senado, seria solicitada pela subcomissão à Mesa da Casa, que determinaria tal medida, para posterior ratificação pelo Plenário.

Antonio Carlos ressaltou que a reunião de ontem confirmou a disposição do Senado de investigar as denúncias:

– Não posso colocar o assunto nos termos de “quem ganhou”. Acho que quem está ganhando é o Senado, que está esclarecendo, em todos os pontos, os que tinham dúvidas. Estamos ganhando todos, porque está se esclarecendo tudo que é necessário, com o depoimento do senhor Eduardo Jorge – disse, fazendo ressalva aos questionamentos feitos pelo senador Roberto Requião.

– Ele (*Requião*) ia muito bem,

quando entrou num estilo que não pode ser aceito; poderia ter se saído muito bem, mas destoou da reunião – acrescentou, referindo-se à manifestação de Requião favorável à prisão de Eduardo Jorge.

O presidente do Senado Federal também defendeu a permanência do senador José Jorge (PFL-PE) como relator do caso Eduardo Jorge, apesar da divulgação pela imprensa de sua condição de membro do Conselho Consultivo da Delphos, empresa

que presta serviços a seguradoras e que teria também o ex-secretário-geral da Presidência da República como integrante de seu conselho:

– Os homens são o que são. Se tem caráter, ele vai agir com caráter, tenha esta ou aquela ligação com quem quer que seja. Se ele não tem caráter, pode não ter ligações e fazer as coisas erradas. O senador José Jorge tem um passado ilibado, uma tradição de decência, e eu não tenho dúvida de que é um relator excelente – enfatizou o senador.

Para evitar qualquer dúvida, completou Antonio Carlos Magalhães, o senador José Jorge inclusive já deixou o Conselho Consultivo da empresa.

selheiros de uma mesma empresa, que presta serviços a seguradoras. “Seria de bom alvitre que o relator se declarasse impedido”, disse Dutra, que contou com o apoio dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PT-AL).

Em resposta, o presidente da subcomissão, Renan Calheiros (PMDB-

AL), disse que não havia “nenhuma incompatibilidade” entre o trabalho de José Jorge no setor privado e o de relator.

Calheiros informou ainda que o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) passava a integrar a subcomissão, no lugar do líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Para Arruda, Eduardo Jorge esclareceu todas as suspeitas

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) opinou que, em seu depoimento à Subcomissão Permanente do Judiciário, o ex-ministro Eduardo Jorge Caldas Pereira esclareceu com argumentos “transparentes, densos e inequívocos” todas as suspeitas levantadas contra ele sobre sua participação



Arruda: argumentos foram “transparentes, densos e inequívocos”

na liberação de recursos para a obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP).

– Eduardo Jorge não só respondeu às suspeitas levantadas contra ele, mas também demonstrou que esta subcomissão é o foro apropriado para o Senado cumprir o seu papel de acompanhar as conse-

qüências da CPI que investigou as irregularidades cometidas no âmbito do Judiciário – afirmou.

Para o senador, não se pode cometer o equívoco de desviar do foco das investigações o Poder Judiciário, local onde a irregularidade do superfaturamento da obra do TRT-SP se processou.

Ele defendeu a necessidade de que sejam desvendadas as pessoas, no âmbito do Judiciário, que permitiram que a irregularidade se processasse: “Temos que descobrir não só o papel do ex-juiz Nicolau (dos Santos Neto), mas também o de outros agentes públicos do Poder Judiciário, onde a irregularidade se deu”.

Ex-secretário admite ter ligado para juiz Nicolau em Miami

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou ao ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge que tentativas ele fez para tentar solucionar a crise financeira da construtora Encol.

Em resposta, Eduardo Jorge reafirmou não ter tido qualquer relação funcional com

o dono da Encol, Pedro Paulo de Souza, e explicou que apenas encaminhou o empresário ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. “Se o recebi apenas para encaminhá-lo ao órgão que poderia apreciar o problema, não vejo como isso possa ser considerado um relacionamento funcional”, disse o ex-secretário.

Suplicy perguntou sobre a casa em que o ex-secretário mora em Brasília. Eduardo Jorge explicou que ela pertence ao empresário Nelson Correia,



Suplicy quis saber qual o papel que o ex-assessor teve na crise da Encol

amigo do seu irmão, e que paga aluguel no valor R\$ 2 mil.

Suplicy também perguntou se Eduardo Jorge teria mantido um tráfego de telefonemas internacionais com o ex-juiz Nicolau Neto. Eduardo Jorge disse que, de acordo com os registros de que dispõe, fez apenas uma ligação

para Miami quando soube que a filha do ex-juiz estava hospitalizada.

O ex-secretário confirmou ainda que possui uma conta bancária no exterior, devidamente declarada no Imposto de Renda.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Eduardo Jorge nega participação no caso TRT-SP

Ex-secretário-geral da Presidência da República diz que jamais participou da liberação de recursos para as obras do tribunal de São Paulo e que tratava exclusivamente da nomeação de magistrados com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto

O ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira negou ontem à Subcomissão Permanente do Judiciário que tenha tido participação na liberação de recursos para a obra superfaturada do fórum trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), durante a qual foram desviados R\$ 169 milhões dos cofres públicos.

Ele disse que, em seus contatos com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, apontado como principal responsável pelo desvio das verbas destinadas à construção do TRT, tratava principalmente da nomeação de juízes classistas. Segundo ele, procurava-se dessa forma garantir que os novos juízes não ameaçassem o Plano Real com sentenças favoráveis à indexação salarial.

A eventual participação do ex-secretário no repasse de recursos para a obra do TRT-SP foi o principal tema da reunião de ontem da subcomissão. O depoimento, que durou quase oito horas, contou com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e de deputados do governo e da oposição.

Os senadores de oposição insistiram na necessidade de criar uma CPI para acessar dados — protegidos por sigilo bancário, telefônico e fiscal — que consideram necessários para levar a investigação a fundo. O ex-secretário também foi questionado sobre a sua participação em seis em-



Eduardo Jorge e os senadores José Agripino, Antonio Carlos, Renan Calheiros, José Jorge, Jefferson Péres e Carlos Patrocínio, durante o depoimento à Subcomissão Permanente do Judiciário

presas e sobre o fato de ter comprado um apartamento no Rio por R\$ 1 milhão, após deixar o governo.

Eduardo Jorge admitiu que, em audiência concedida em 9 de outubro de 1996 a Nicolau e ao então presidente do tribunal, Delvio Buffulin, os dois juízes mencionaram seu interesse no andamento de uma solicitação de crédito suplementar destinada à obra do TRT, que já tramitava na Câmara.

— Eu lhes disse que o assunto não era da minha área e os encaminhei ao secretário-executivo do Ministério do Planejamento. Não houve nenhuma pressão ou gestão especial de minha parte sobre esse assunto, como já afirmou publicamente o ministro Martus Tavares (*do Planejamento*). E é importante que se ressalve que eu estava tratando

naquela época com um magistrado sobre o qual não pairava nenhuma suspeita pública. Seu interesse me pareceu absolutamente normal, ainda mais se tratando de um empreendimento que o Tribunal Superior do Trabalho e toda a bancada de São Paulo, incluindo os opositores, consideravam relevante para o estado — afirmou o ex-secretário.

Ele acrescentou que esteve com Nicolau mais duas vezes depois que deixou o governo. Na primeira, o ex-juiz teria comunicado sua iminente aposentadoria e agradecido a atenção recebida. Na segunda, teria pleiteado sua designação para um cargo público federal. “Não tive com o ex-juiz relação de amizade, nunca convivi socialmente com ele, nunca tive com ele qualquer tipo de negócio, nunca viajei em sua companhia

em avião ou qualquer outro meio de transporte público ou privado”, completou Eduardo Jorge.

Ele disse ainda que nunca teve negócios com o ex-senador Luiz Estevão e que “em nenhum momento” recebeu dele pedido de liberação de verbas para o TRT. Reconheceu, no entanto, ter relações pessoais com Estevão, além de haver adquirido imóveis e automóveis de empresas do ex-senador.

— A partir de 1980, com minhas economias e as de minha esposa, adquirimos imóveis e veículos da empresa do ex-senador, assim como de empresas concorrentes suas. Tudo isso consta de nossas declarações de renda e é compatível com nossos salários de assessores do Senado — afirmou o ex-secretário Eduardo Jorge.

“Não faço lobby”, afirma ex-assessor a Jefferson Péres

Em resposta a questionamento feito pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira disse na Subcomissão Permanente do Judiciário que nunca tratou com nenhuma autoridade pública de qualquer assunto de interesse de seus clientes. “Eu não faço lobby”, garantiu ele.

A afirmação foi feita depois que Jefferson Péres perguntou se o ex-secretário-geral não achava “inconveniente, constrangedor e comprometedor ter tratado de interesses de empresas, às quais se vinculou após deixar o cargo, junto a órgãos do governo para o qual trabalhou”.

Eduardo Jorge também se manifestou contra a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar seu suposto envolvimento na liberação de recursos para a obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Ele argumentou que uma CPI “causa prejuízos ao país, imobilizando o governo e o Congresso”.

Na opinião do senador Jefferson Péres, a instalação da CPI seria uma forma rápida de esclarecer todas as acusações e suspeitas que pesam sobre o ex-secretário-geral. O parlamentar ressaltou que faltam poderes à Subcomissão do Judiciário para investigar, citando como exemplo a impossibilidade de solicitar a quebra de sigilo dos possíveis envolvidos em irregularidades.

Geraldo Melo pede seriedade e rejeita condenações prévias

Em pronunciamento no Plenário, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) fez ontem um apelo aos parlamentares para que não se sonegue à sociedade a oportunidade de conhecer a verdade sobre os fatos que envolvem as relações do ex-secretário da Presidência da República, Eduardo Jorge, com a obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Melo defendeu, no entanto, que não se permitam condenações prévias. Ao reafirmar seu respeito pelo presidente Fernando Henrique, ele pediu seriedade nas investigações e que o episódio seja utilizado para o amadurecimento das instituições.

De posse de extensa documentação, o senador procurou



Geraldo Melo apela para que “não se sonegue à sociedade a oportunidade de conhecer a verdade”

explicar a independência dos Poderes para demonstrar que seria impossível uma intervenção do governo, mesmo que quisesse, com o intuito de reduzir ou adicionar recursos para qualquer obra relativa ao Poder Judiciário. Melo esclareceu que o Tribunal Superior do

Trabalho colhe dos vários tribunais regionais as respectivas propostas orçamentárias. Em seguida, é elaborada a proposta do TST, enviada então à Presidência da República, que não tem poder para modificá-la.

Para Melo, se o governo tivesse realmente algum interesse na obra do TRT-SP, poderia ter utilizado o recurso do crédito suplementar através de decreto, sem precisar passar pelo Congresso. Em sua pesquisa, o senador encontrou um único decreto, datado de 30 de dezembro de 1994, assinado pelo ex-presidente Itamar Franco, “48 horas antes de passar a faixa para Fernando Henrique”.

O senador desmentiu também que o então ministro interino do Planejamento

Martus Tavares tenha feito encaminhamento de suplementação de verba para a obra, em 1996, mesmo depois de o Tribunal de Contas da União (TCU) ter se pronunciado contra a obra. De acordo com documento apresentado pelo parlamentar, na ocasião o TCU considerava oportuna a continuidade da obra. Melo exemplificou a questão afirmando que, após a medida de Martus, o deputado João Coser (PT-ES) apresentou emenda solicitando verba de R\$ 18 milhões para o TRT-SP, “provavelmente por desconhecer também qualquer restrição à obra”.

Em apartes, Geraldo Melo recebeu o apoio dos senadores Agnelo Alves (PMDB-RN) e José Fogaça (PMDB-RS).



Para Jefferson Péres, somente uma CPI teria poderes para investigar amplamente o assunto

José Jorge questiona ligações de ex-juiz para o Planalto

Ex-secretário admite ter conversado com Nicolau dos Santos Neto 27 vezes, nas quais teriam tratado da indicação de integrantes do TRT de São Paulo. Ele explica também a compra de um apartamento no Rio, após ter deixado o governo

Primeiro parlamentar a questionar o ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira, o senador José Jorge (PFL-PE), relator da Subcomissão do Judiciário, perguntou por que o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto fez tantas ligações telefônicas para o Palácio do Planalto e quando o ex-secretário teve conhecimento das denúncias de superfaturamento das obras do TRT de São Paulo.

Segundo levantamento entregue à subcomissão por Eduardo Jorge, foram registradas 199 ligações de Nicolau para o gabinete da Secretaria-Geral da Presidência da Repú-

ca. Desse total, afirmou, 20 ligações teriam ocorrido antes da posse do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Outras 94, acrescentou, teriam durado menos de um minuto, o que indicaria que não chegou a haver nenhuma conversa entre os dois. Em apenas 27, das 199 tentativas, o ex-secretário admitiu ter efetivamente conversado com Nicolau.



José Jorge também quis saber como o ex-secretário comprou apartamento no Rio

Eduardo Jorge insistiu que o tema predominante das conversas era a indicação de juizes para o TRT de São Paulo. Lembrou que, durante o período das ligações, foram indicados 72 juizes, dos quais 58 classistas e 14 togados.

A respeito do superfaturamento das obras do TRT, o ex-secretário disse que não tinha interferência sobre a

liberação de verbas e que não considerava sua função acompanhar a execução do Orçamento.

O senador José Jorge procurou ainda saber do ex-secretário como adquiriu um imóvel no valor de R\$ 1 milhão no Rio de Janeiro, após deixar o governo. Eduardo Jorge informou que vendeu quatro imóveis adquiridos a partir de 1974 – dos quais um apartamento na Barra da Tijuca, no Rio, dois apartamentos no Plano Piloto e um terreno no Lago Sul, em Brasília – e aplicou o dinheiro. Afirmou ainda ter resgatado as aplicações neste ano, no valor total de R\$ 1.041.000, e ter contratado empré-

mo para reformar o imóvel, que, segundo seu relato, encontrava-se em condições precárias.

Eduardo Jorge disse que o apartamento, pelo qual o antigo proprietário havia pago o equivalente a 400 mil dólares em um leilão público, ainda tinha “três ou quatro” gravames de penhora. O imóvel não correria risco jurídico, afirmou, mas também não possuía grande liquidez. “E por que então você, otário, comprou?”, perguntou Eduardo Jorge, fazendo ironia com ele mesmo. “Porque buscava uma residência permanente”, informou à subcomissão.

Lando indaga sobre ingerência em fundos de pensão

O ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge, negou, quando inquirido pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), que controlasse a liberação de verbas do Orçamento ou que tivesse ingerência sobre os fundos de pensão, rebatendo informações publicadas pela revista *Veja*. Por outro lado, ele disse que, eventualmente, em auxílio à articulação política do governo, recebia solicitações de parlamentares e encaminhava a favor ou contra os pedidos.

Eduardo Jorge também classificou como “fantasiosa” a informação publicada pela imprensa de que, ao explicar para amigos



Amir Lando fez perguntas a Eduardo Jorge sobre liberação de verbas do Orçamento

o processo de liberação de verbas, teria dito que dificultava a liberação para os parlamentares que costumavam votar contra a aprovação de projetos de inte-

resse do governo. “Mesmo que eu fizesse isso, não sou suficientemente burro para dizer”, comentou.

Amir Lando destacou o relacionamento que Eduardo Jorge mantinha com o juiz Nicolau dos Santos Neto, mesmo depois que o magistrado deixou de ocupar a presidência do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) e passou a comandar a comissão responsável pela obra do tribunal. O ex-secretário-geral da Presidência da República explicou que Nicolau tinha sido credenciado pelo próprio presidente do TRT-SP para tratar de assuntos referentes à instituição.

Lobão pergunta se há relação entre telefonemas e repasses

Ao responder questionamento do senador Edison Lobão (PFL-MA), Eduardo Jorge revelou que o Ministério Público de São Paulo nunca o chamou para prestar qualquer depoimento e que a chefe da Procuradoria afirmou há 10 dias que não tinha nenhum indício contra ele. O ex-secretário apresentou certidão da Receita Federal atestando, após investigação patrimonial, não haver constatao nenhuma irregularidade fiscal nas suas declarações de Imposto de Renda e de sua esposa.

Lobão fez perguntas sobre a relação entre os telefonemas dados pelo ex-juiz foragido Nicolau dos Santos Neto e as liberações de verbas para as obras do fórum trabalhista de São Paulo. Eduardo Jorge comparou os telefonemas com

as datas de liberação de verbas e disse que vários repasses foram realizados sem que houvesse ligações anteriores. Segundo o ex-secretário, houve apenas algumas coincidências.

O senador perguntou ainda ao ex-secretário se o interesse do governo em escolher juizes simpáticos ao Plano Real era concentrado apenas em São Paulo ou era estendido a todo o Brasil. Eduardo Jorge disse que procurou outros magistrados com o mesmo objetivo, mas concentrou-se em São Paulo devido à importância do estado no contexto da Justiça do Trabalho. Ele também revelou que levava em consideração as indicações de parlamentares para cargos de juizes togados e classistas.



Lobão pediu esclarecimentos sobre relação entre ligações do juiz e liberações de verbas para obra do TRT

Sérgio Machado quer rastrear aplicações

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) sugeriu ontem o rastreamento da aplicação dos recursos destinados à obra do fórum trabalhista de São Paulo, cuja valor foi superfaturado. Uma das formas imaginadas pelo senador seria a busca de informações junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) e aos responsáveis pela liberação de verbas no Executivo.

Sérgio Machado elogiou o trabalho da Subcomissão Permanente do

Judiciário, que, ao ouvir ontem o ex-secretário Eduardo Jorge, deu seqüência ao trabalho realizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Poder Judiciário. Machado, no entanto, disse lamentar que os procuradores da República que acusam Eduardo Jorge não tenham prestado informações a todos os senadores, mas apenas a integrantes da oposição.

Em aparte, o senador José Eduar-



Pedro Simon disse que Eduardo Jorge tinha a confiança e a intimidade do presidente

O senador também comentou a compra, por Eduardo Jorge, de um apartamento no Rio de Janeiro, avaliado em cerca de US\$ 1 milhão, logo após deixar o governo. Simon disse que o negócio foi um erro e “arregalou o olho de todo mundo”. O ex-secretário reconheceu que foi “uma burrice” ter feito a compra, mas sustentou tratar-se de um ato honesto, uma vez que as fontes dos recursos utilizados eram legítimas.

rimento apresentado pela oposição para que os procuradores fossem ouvidos na subcomissão foi rejeitado pela maioria. “Quem não ouviu (os procuradores) foi porque não quis”, sustentou Dutra.

Retomando a palavra, Sérgio Machado disse que as respostas de Eduardo Jorge foram tão satisfatórias que, ao final da reunião, a discussão passou das irregularidades na obra do TRT de São Paulo para a distribuição de renda.

Ex-secretário diz que sócios de seus irmãos advogam para Incal

Dois advogados do escritório de advocacia dos irmãos de Eduardo Jorge Caldas Pereira foram contratados para defender a Incal em acusações que essa empresa enfrenta na Justiça. O próprio ex-secretário-geral da Presidência da República confirmou a informação, diante de pergunta do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) na Subcomissão Permanente do Judiciário que o ouviu ontem.

Mas Eduardo Jorge esclareceu que vários advogados dividem a

receita para a manutenção de um escritório e que, entre esses profissionais contratados para defender a Incal, não se encontravam seus irmãos. "Eram dois sócios do escritório, mas não eram meus irmãos", sustentou ele.

Eduardo Jorge também afirmou que só será possível encon-

trar o dinheiro desviado da construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo se for feito um disciplinado rastreamento de baixo para cima. "Ficar atirando em fantasmas só vai bene-

ficiar quem de fato roubou", afirmou também o ex-secretário, sustentando que as pessoas de fato culpadas têm interesse em "jogar sombra, fumaça, lama e crise política, porque aí elas escapam".

Dutra disse que o Senado também está interessado em fazer um trabalho sistemático de apuração, mas isso não acontece em função da omissão de órgãos públicos que definem suas prioridades a partir da decisão política de quem os comanda. Como exemplo citou o comportamento do presidente do Banco Central, Armínio Fraga.



Dutra perguntou se escritório de irmãos de Eduardo Jorge defende a Incal na Justiça

Roberto Requião defende CPI para apurar as denúncias

Durante depoimento de Eduardo Jorge à Subcomissão Permanente do Judiciário, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) seria a melhor forma de investigar a participação do ex-secretário da Presidência no desvio de verbas da construção do fórum trabalhista de São Paulo. Requião disse também desejar ver a prisão de Eduardo Jorge, por considerar que ele tem se enriquecido às custas de tráfico de influência.

Requião citou uma série de indícios, que, segundo ele, incriminam Eduardo Jorge. Um deles foi a interferência do ex-secretário em empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Frigorífico Chapecó, do Paraná, com prejuízo de cerca de R\$ 100 milhões àquela

instituição estatal.

O senador mencionou ainda a participação de Eduardo Jorge na empresa DTC, que por meio de outra empresa, a BDO, teria firmado contrato para prestação de serviços ao Banco do Brasil.

Requião apresentou também uma série de denúncias em que Eduardo Jorge é acusado de atuar no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal em benefício de empresas privadas às quais estaria ligado, como a Sul América Seguros.

Em resposta, Eduardo Jorge disse que Requião tinha juntado "um monte de besteiras" para incriminá-lo e que tinha documentos contábeis para provar sua inocência.

— Ele ocultou do Ministério Público a participação na DTC e está respondendo com cinismo e hipocrisia. Só a prisão faria justiça — disse o senador.



Requião disse que Eduardo Jorge ocultou do Ministério Público participação na DTC



Heloísa garante não ter ficado convencida com as explicações apresentadas por Eduardo Jorge

Heloísa Helena quer auditoria em empresas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que não ficou convencida com as explicações dadas pelo ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira de que os contatos que ele manteve com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto teriam sido apenas para tratar sobre indicados a cargos de juízes classistas e togados do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Ela também antecipou que apresentará requerimento solicitando que seja realizada auditoria contábil, financeira e fiscal em empresas que teriam alguma ligação com Eduardo Jorge.

Entre as empresas que deverão ser investigadas pelo Ministério Público, Polícia Federal, Receita Federal e Banco Central, se a Subcomissão Permanente do Judiciário aprovar requerimento de Heloísa Helena, estão a Delphos Serviços Técnicos, Direct to Company, EJP Consultores Associados, LC Faria Consultores Associados, Meta Participações, Metacor Administração e Corretagem de Seguros, Metaplan Consultoria, United America Insurance Company e EJPereira Consultoria. A próxima reunião da subcomissão está marcada para terça-feira.

Outro requerimento apresentado pela senadora por Alagoas é no sentido de que seja quebrado o sigilo bancário de várias pessoas, entre elas Eduardo Jorge, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira (esposa de Eduardo Jorge), Fernando Jorge Caldas Pereira (sócio da MCI Ltda.), Marcos Jorge Caldas Pereira e Ruy Jorge Caldas Pereira (ambos sócios do escritório Caldas Pereira Advogados e Consultores Associados) e Ivan Carlos Machado de Aragão (presidente da Meta Participações).

Távola propõe investigação ampla sobre obra do TRT

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) propôs ontem à Subcomissão Permanente do Judiciário a ampliação das investigações sobre o desvio de verbas da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo. A proposta de Távola foi feita durante depoimento do ex-secretário da Presidência da República Eduardo Jorge.

— É preciso saber quem mais se beneficiou com o desvio — disse o senador antes de ler requerimen-

tos para que a subcomissão convoque diversas autoridades e servidores públicos para depor. Távola gostaria que a subcomissão ouvisse diversos juízes trabalhistas, inclusive ex-presidentes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo e presidentes da comissão de licitação do TRT. Távola também quer convocar o atual presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o depu-

tado João Coser (PT-ES).

O senador disse acreditar que a ampliação das investigações é a atitude correta a ser adotada pela subcomissão, e não a tentativa de inocular ou condenar Eduardo Jorge. Távola criticou o fato de que o ex-secretário foi convocado a depor com base em declaração do juiz Nicolau dos Santos Neto, um dos responsáveis pelo desvio.

O senador perguntou a Eduardo Jorge se havia processo ou procedimento formal de investigação contra ele por parte do Ministério Público. O ex-secretário respondeu que não, por falta de indícios. E acusou o procurador da República Luiz Francisco de Souza de má-fé, por tê-lo acusado de enriquecimento ilícito. Inquirido pelo senador, Eduardo Jorge disse que não se encontrou com senadores para ensaiar o depoimento de ontem.



Artur da Távola quer convocação de diversas autoridades para depoimento

Alcântara vê na subcomissão seqüência dos trabalhos da CPI

Lembrando que a CPI do Judiciário encerrou seus trabalhos encaminhando suas conclusões aos órgãos que podem dar seqüência ao que ela apurou, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse, na audiência de Eduardo Jorge Caldas Pereira, que o ex-secretário-geral da Presidência da República não precisava nem ter vindo prestar informações.

O senador lembrou que ele estava ali como convidado e que poderia até ter declinado desse convite.

"No entanto, V.Sa. veio prestar essas informações e muitas vezes é tratado como se fosse um réu", lastimou Lúcio Alcântara. O parlamentar enfatizou que o objetivo da subcomissão é buscar a verdade e saber onde foi parar o dinheiro desviado do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Também lembrou que, na época da apuração dos fatos pela CPI do Judiciário, o próprio Eduardo Jorge ofereceu explicações sobre os telefonemas e sobre as relações com o juiz Nicolau. "E em nenhum

momento, nenhum integrante da CPI do Judiciário sequer propôs que V. Sa. fosse chamado", argumentou ele.

Para Lúcio Alcântara, os elementos levantados pela CPI ou as informações prestadas por Eduardo Jorge à imprensa convenceram os membros da comissão, pois só

isso justificaria o fato de nenhum deles ter-se interessado em convocar o ex-secretário para explicar-se no Senado. E disse que mesmo o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), com todo o seu esforço, não conseguiu apresentar nenhum fato novo que incriminasse o ex-secretário.



Lúcio Alcântara: Eduardo Jorge compareceu como convidado e não como réu

Anúncio de carro poderá incluir educação para o trânsito

Projeto aprovado pelo Plenário estabelece que a publicidade de produtos da indústria automobilística conterá mensagens educativas para tentar reduzir o número de acidentes. Proposta vai à Câmara

Todas as peças publicitárias comerciais destinadas à divulgação ou promoção de produtos das indústrias automobilísticas veiculadas nas rádios, televisões, jornais, revistas e *outdoors* deverão incluir, obrigatoriamente, mensagens educativas de trânsito, conforme projeto de lei aprovado ontem pelo Plenário do Senado. O texto agora será enviado à Câmara.

O Plenário aprovou o projeto da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), em detrimento de projeto de lei da Câmara de mesmo teor, mas menos abrangente, segundo opinaram os relatores designados pelas comissões de Constituição e Justiça, Educação e Assuntos Sociais, senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), José Fogaça (PMDB-RS) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE), respectivamente.

Pelo projeto, caberá ao Conselho Nacional de Trânsito a definição do conteúdo e padrão das mensagens educativas. O não-cumprimento da obrigação redundará em três sanções, a serem aplicadas isolada ou cumulativa-



Projeto de Emilia Fernandes foi considerado mais abrangente do que o da Câmara

mente: advertência por escrito, suspensão de veiculação de propaganda por até 60 dias e/ou multa de mil a 5 mil vezes o valor da Unidade Fiscal de Refe-

rência (Ufir).

Ao encaminhar a votação da matéria, Emilia Fernandes destacou vários trechos dos pareceres elaborados pelos três relatores, em que eles salientam a importância de deter a escalada de violência no trânsito brasileiro, que registra um número de mortes e feridos superior ao total de ocorrências registradas em toda a Europa, que tem uma frota de veículos muito maior.

Emilia argumentou ainda que obrigação semelhante, tomada em relação à propaganda de cigarros, já rendeu comprovada redução no número de usuários e de mortes resultantes do uso de tabaco.

Comissão temporária acompanhará situação das vítimas de enchentes

Ao apreciar requerimento apresentado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), o Plenário do Senado aprovou a criação de uma comissão temporária para acompanhar a situação dos desabrigados pelas enchentes nos estados de Pernambuco e Alagoas. Por sugestão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a comissão será composta por sete senadores. A proposta original de Roberto Freire estabelecia um total de cinco membros.

Senadores debatem execução obrigatória de emendas ao Orçamento

O Senado realizou ontem o terceiro dia de discussão da proposta de emenda constitucional que obriga o Executivo a cumprir a programação orçamentária resultante de emendas parlamentares ao Orçamento da União. O autor da PEC, senador José Alencar (PMDB-MG), declarou-se favorável à extinção das emendas individuais, ressaltando que sua proposta é uma primeira medida a ser tomada enquanto isso não ocorre.

— A PEC é um primeiro passo para melhorar as coisas, entre elas quebrar o tabu de que o Orçamento não deve respeitar o Congresso. Outra melhoria será a de evitar a ação dos escritórios organizados para a liberação de recursos orçamentários aos municípios — disse.

Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é preciso desmistificar a idéia de que as emendas parlamentares não são importantes e devem ficar sujeitas ao arbítrio do Poder Executivo. A PEC de José Alencar, a seu ver, fortalece o Legislativo em seu papel de fazer com que o Orçamento seja um espelho das prioridades nacionais,



José Alencar diz que sua emenda é um primeiro passo



Alcântara acredita que a PEC evitará discriminação



Freire aponta acertos e equívocos na proposta



Porto destaca tentativa de acabar com barganha

abre caminho para que o Orçamento seja uma peça de caráter imperativo e reduza a supremacia do Executivo em matéria orçamentária.

— Parlamentar cômico de sua responsabilidade não pode deixar de contribuir e atender aos reclamos de sua comunidade, distribuindo recursos orçamentários para pequenas obras, dado que a sociedade exige que o parlamentar leve recursos para seu estado — frisou.

Em oposição, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) opinou que o mais correto seria eliminar a prática de apresentação de emendas individuais. A proposta teria, no entanto, o mérito de promover o debate das mazelas do Orçamento. Para

ele, as emendas individuais pulverizam recursos escassos e negam prioridades gerais, o que seria evidente em especial no caso de emendas apresentadas pelos senadores, que representam o conjunto de seus estados e não têm condições de atender aos pedidos de todos os municípios.

— Ao Senado cabe uma tarefa superior, não atuar nesse varejo que traz tanto desgaste e resultados insignificantes — observou.

Já para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a proposta de José Alencar evitará a discriminação que ocorre na liberação de recursos orçamentários por parte do Executivo, responsável, a seu ver, pela mai-



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 2000

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2000. Senador José Alencar e outros. Insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas parlamentares.

Resultado: Encerrado o terceiro dia de discussão, em primeiro turno. A discussão da matéria terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.

2

Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1999. Senadora Emilia Fernandes. Estabelece mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que especifica, em caráter suplementar às campanhas previstas nos arts. 75 e 77 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro".

Resultado: Aprovado o projeto, ficam prejudicados o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1996, que tramita em conjunto, e as emendas a ele apresentadas. À Câmara dos Deputados.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1996. Dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito. (Tramitando em conjunto com o item anterior).

Resultado: Prejudicado, em virtude da aprovação do item anterior, com o qual tramita em conjunto.

4

Requerimento nº 381, de 2000. Senador Amir Lando. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 310 e 315, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. Os projetos de Lei do Senado nºs 310 e 315, de 1999, passam a tramitar em conjunto, e retomam ao exame da CCJ, em decisão terminativa.

5

Requerimento nº 383, de 2000. Senador Antonio Carlos Valadares. Solicita a tramitação conjunta das propostas de Emenda à Constituição nºs 10 e 97, de 1999, com as de nºs 58 e 70, de 1999, que já se encontram apensadas, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. As propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retomam ao exame da CCJ.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

or parte dos problemas apontados no processo orçamentário. Apesar de os recursos destinados às emendas individuais serem mínimos e, assim mesmo, envolverem barganhas, "umas lícitas, outras indesejáveis", o senador observou que "as pequenas comunidades têm expectativa de que seu representante político leve vanta-

gens materiais para elas". Alcântara sugeriu que todas as propostas relativas ao processo de elaboração e execução orçamentária sejam consolidadas por uma comissão, retomando as conclusões apresentadas por comissão criada no Senado que teve como relator o hoje ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas.

Assim como as conclusões dessa comissão, as da CPI do Orçamento também não foram adotadas, conforme Roberto Freire (PPS-PE). Ao defender que o Legislativo participe do processo orçamentário já na fase de sua elaboração pelo Executivo, o senador destacou que a proposta de José Alencar evita "a bar-

ganha e a promiscuidade na execução orçamentária de emendas parlamentares". Mas ela também embutiria um grave equívoco, a seu ver, pois as emendas individuais na prática passarão a corresponder ao "velho subsídio" a entidades assistenciais cuja destinação era reservada aos parlamentares. O PPS, afirmou Freire, defende o fim das emendas individuais.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) condenou essas emendas por enfraquecerem o que ele chamou de "concepção estratégica de um governo", por viabilizarem o clientelismo político, por serem fonte de injustiça e por levarem à prática parlamentar, comum na Comissão de Orçamento, de reavaliar para mais as receitas de arrecadação.

Para o senador Arlindo Porto (PTB-MG), José Alencar, com sua proposta, não se ocupa apenas em vincular a liberação de recursos para as emendas parlamentares, mas em evitar a barganha política "que existe no dia-a-dia com o Executivo, que contingencia os recursos".

Maria do Carmo aponta erros na transposição

Preocupada com uma obra que diz respeito à sobrevivência de 45 milhões de nordestinos, senadora acusa Ministério da Integração Nacional de não ouvir de maneira apropriada opinião de técnicos e estudiosos do rio São Francisco



Maria do Carmo: projeto do governo baseia-se no uso da água de um rio que está na UTI

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) criticou o projeto de transposição do rio São Francisco apresentado pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. Na opinião da senadora, o projeto, tanto o original quanto as recentes modificações apresentadas pelo ministério, baseiam-se no uso da água de um rio "que está na UTI". Para Maria do Carmo, o tema é o mais importante da história para os nordestinos e representará a maior obra dos 500 anos da história do país.

Lembrando que o assunto diz

respeito à sobrevivência de 45 milhões de nordestinos e às futuras gerações de habitantes da região, a senadora afirmou que o projeto do ministério apresenta, em sua nova versão, apenas "mudanças cosméticas" com melhorias superficiais para o rio. "Retirar água do São Francisco como se encontra agora, ou submetê-lo à revitalização superficial, não será solução", observou.

Maria do Carmo apontou erros na condução do processo de transposição, que, conforme reforçou, "responde ao anseio de

milhões de nordestinos para melhor convivência com a seca cíclica que afeta a região". Para a senadora, o Ministério da Integração Nacional não está ouvindo de maneira apropriada a opinião de técnicos, especialistas e estudiosos do rio São Francisco.

PRESSA

A senadora afirmou ainda que a atitude do governo em relação à questão é no mínimo "inconsequente, precipitada, imprudente e perigosamente apressada, a ponto de poder conduzir a desastres ecológicos". Por esse motivo,

Maria do Carmo conclamou o Senado a assumir o papel de encaminhador das grandes questões nacionais e não ficar omissos nesse grave processo.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que na região Norte a situação é mais grave porque muitas vezes as pessoas do governo que cuidam dessas regiões nunca visitam as localidades. Mozarildo criticou também a falta de atenção com que os tecnocratas do governo tratam os estudiosos, técnicos e políticos oriundos da região.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate*: Senador Roberto Saturnino e o jornalista Ricardo Cravo Albin falam sobre o livro *Um olhar sobre o Rio*
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: Senador Djalma Bessa fala sobre o desflorestamento da Mata Atlântica
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Coração do Pantanal/Corumbá (MS)
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Sessão Plenária (vivo)*
12h30 — *Entrevista*: Senador Djalma Bessa fala sobre o desflorestamento da Mata Atlântica
13h — *Cores do Brasil*: Turismo em Pernambuco
13h30 — *Debate*: Senador José Fogaça e o presidente da Associação de Provedores à Internet, Eustáquio Santos
14h30 — *Sessão Plenária* (reapresentação)
19h30 — *Debate*: Senador Paulo Hartung e o presidente do IBGE, Sérgio Besserman
20h30 — *Entrevista*: Senador Djalma Bessa fala sobre o

desflorestamento da Mata Atlântica

21h — *Jornal do Senado*

21h30 — *Canal Médico* — Curso Proteus — Aula 1

22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Orquestra Kerusso

0h — *Redescoberta do Cinema Nacional* — *Descobrimiento do Brasil*, filme de Humberto Mauro

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*

Em seguida — Música e informação

9h — *Sessão Plenária do Senado (vivo)*

Em seguida — Música e informação

14h30 — *Sessão Plenária do Senado* (reprise)

Em seguida — Música e informação

19h — *A Voz do Brasil*

Em seguida — Música e informação

20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste

Em seguida — Música e informação

21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação

21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Recursos para cultura e facilidade no registro de nascimento, principais matérias da semana

O Senado iniciou o segundo semestre aprovando projeto que amplia de 1% para 3% os recursos da arrecadação das loterias federais destinados pelo Fundo Nacional de Cultura (FNC) a projetos culturais. Oriunda da Câmara, a iniciativa aumentava esse percentual para 10%, mas o relator da matéria no Senado, Pedro Piva (PSDB-SP), considerou a elevação para 3% um acréscimo suficiente de recursos para impulsionar a cultura. O Plenário concordou com ele e a matéria teve que voltar à Câmara, para nova deliberação dos deputados.

Foi aprovado também projeto de lei da Câmara que dispensa as testemunhas hoje exigidas pelos cartórios nos registros de nascimento. Os senadores entenderam que, com a implantação em nível nacional da Declaração de Nascimento Vivo, preenchida em unidades de saúde no caso de partos ocorridos em hospitais, hoje é possível a efetiva verificação da realidade do parto pelo oficial do Registro Civil. A de-



O Plenário aprovou também proposta sobre campanhas educativas no trânsito

cisão precisa ainda ser sancionada pelo presidente da República.

Foi iniciado também o debate de proposta de emenda constitucional que obriga o governo a executar as emendas feitas pelos parlamentares ao Orçamento da União. De iniciativa do senador José Alencar (PMDB-MG), a proposta dispõe que o presidente da República incidirá em crime de responsabilidade se cancelar ou contingenciar as dotações orçamentárias decorrentes das emendas dos deputados e senadores.

O Plenário também aprovou o texto do Acordo de Cooperação

Judiciária em Matéria Civil, celebrado entre o governo brasileiro e o governo francês, em Paris, há quatro anos. Outra iniciativa aprovada foi o projeto da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) estabelecendo mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito em suplementação aos anúncios de veículos. Com isso, todas as propagandas veiculadas nos meios de comunicação e em *outdoors* instalados nas margens de rodovias pelas indústrias automobilísticas e afins deverão, obrigatoriamente, conter mensagens educativas de trânsito.

Fundos de pensão marcam atividades nas comissões

No trabalho das comissões técnicas do Senado, o semestre iniciou-se com a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de projeto de lei complementar que regula a relação da União, estados, Distrito Federal e municípios, suas autarquias e fundações com suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar.

A CAS também aprovou relatório da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), favorável a emendas do senador Ademir Andrade

(PSB-PA) ao substitutivo que assegura o pagamento de seguro-desemprego aos pescadores no período de defeso — quando se estabelece proibição à pesca para garantir a reprodução dos peixes.

De acordo com as emendas aprovadas, haverá seguro-desemprego, de um salário mínimo, enquanto durar o defeso e também pelo prazo em que ele venha a ser prorrogado. Além disso, o Ibama fica obrigado a anunciar com 45 dias de antecedência o estabelecimento deste período de proibição à pes-

ca, para que os trabalhadores não sejam surpreendidos. Dessa forma o benefício poderá ser pago sempre no tempo apropriado.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também instalou nesta semana a Subcomissão Permanente do Judiciário, destinada a acompanhar e fiscalizar as indicações apontadas no relatório final da CPI do Judiciário. O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) foi eleito presidente e o senador Jefferson Péres (PDT-AM), o vice.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Álvaro alerta para nova irregularidade no Judiciário

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) alertou ontem para o que, segundo disse, pode representar mais um escândalo na Justiça do Trabalho. Ele leu artigo de Floriano Vaz da Silva, juiz presidente da 2ª Região (São Paulo) do Tribunal Regional do Trabalho, publicado no jornal *O*



Álvaro: a função de juiz classista pode se transformar em cargo para juiz togado

Estado de S. Paulo, revelando que a função de juiz classista, extinta por emenda constitucional, estaria, em um "passe de mágica", sendo convertida em cargo de juiz togado.

— O escândalo do fórum trabalhista traz prejuízos incalculáveis. O prejuízo financeiro até pode ser dimensionado. Mas não o prejuízo à imagem da Justiça no país. Apesar disso, outras atividades da Justiça do Trabalho contribuem para arrANHAR ainda mais a imagem, em plena turbulência do escândalo da obra superfaturada do TRT de São Paulo.

O senador explicou que, em decorrência da emenda que eliminou a representação classista, foram editadas pelo Tribunal Superior do Tra-

balho (TST) duas resoluções que regulamentam a transição para a nova feição da Justiça. A primeira, no entendimento de que foram eliminados também os cargos, vedou o provimento das vagas decorrentes da extinção da representação através da convocação ou promoção de juizes do primeiro grau para os tribunais regionais. A segunda, porém, estabeleceu que os cargos vagos "seriam preenchidos de acordo com a Constituição da República", detalhou o senador.

— Apesar de essa redação aparentemente reforçar a advertência de que se deve obediência à Constituição, muitos magistrados estão lendo nas entrelinhas a transmutação das funções dos juizes classistas temporários para vagas a serem preenchidas por juizes de carreira. Essa tese é frágil e perigosa, e surge em um péssimo momento — advertiu o senador, para quem o aumento do número de juizes deve acontecer "à luz do dia", com obediência total e irrestrita à Constituição.

Requião considera que Brasil vive "farsa eleitoral"

Citando exemplos de decisões da Justiça Eleitoral brasileira, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem em Plenário que o Brasil está vivendo uma "farsa eleitoral". Ele voltou a criticar a existência da instituição, que chamou de "excrecência", e defendeu a sua extinção.



Roberto Requião voltou a defender a extinção da Justiça Eleitoral

— O Brasil é um dos dois países do mundo que têm Justiça Eleitoral. O outro é a Costa Rica. Os demais possuem comissões que organizam as eleições — afirmou Requião, que condenou o fato de prédios suntuosos serem construídos para a Justiça Eleitoral para empregar centenas de funcionários que ficam "dois anos sem trabalhar".

O senador citou decisão de uma juíza de Curitiba (PR) que não deter-

minou a apreensão de 1,2 mil quilos de arroz e de 5 mil batons encontrados em comitê de um candidato do PFL paranaense. Na opinião de Requião, esse tipo de "material de propaganda" é irregular. A juíza, porém, disse, aceitou os argumentos do candidato de que o arroz seria utilizado no preparo de

um risoto para o pessoal do comitê. — Só faltou dizer que os batons são para uso pessoal — ironizou o senador.

Enquanto abusos desse tipo são permitidos pela Justiça Eleitoral, afirmou Requião, quem fizer uma simples declaração de apoio a um candidato fora do período de campanha em meio de comunicação pode ser multado em 20 mil Ufirs, criticou.

Mecanismos contra corrupção são propostos por Osmar

Entre as medidas sugeridas está a criação de comissão temporária para estudar o Sistema de Controle das Finanças Públicas e do Orçamento

Com a finalidade de prevenir a corrupção na administração pública, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou requerimento para a instalação de comissão temporária para estudar o Sistema de Controle das Finanças Públicas e do Orçamento. O colegiado, composto de sete senadores, também proporia modificações nos mecanismos e órgãos atualmente existentes para evitar o desvio de recursos públicos. A comissão teria prazo de 120 dias para realizar a tarefa.

— É desgastante para o Legislativo criar CPIs para investigar atos que já enlamearam a administração e quantificar dinheiro público que já sumiu. Muito mais produtivo seria combater a corrupção no nascedouro, impedindo, com instrumentos ágeis de fiscalização e ação efetiva, que venha a ocorrer malversação de recursos — argumentou.

Como contribuição para os trabalhos da comissão, Osmar Dias apresentou projeto de lei que aperfeiçoa a fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), através da exigência de emissão do Certificado



Osmar Dias também apresentou projeto que aperfeiçoa o trabalho do Tribunal de Contas da União

Anual de Regularidade para todas as obras e serviços terceirizados da administração direta, autárquica e fundacional que excedam a quantia de R\$ 20 milhões. Caberia à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização avaliar esses certificados, antes de aprovar novas verbas orçamentárias ou suplementares para as obras.

O projeto prevê ainda que o TCU deverá permitir, aos parlamentares, acesso direto a todos os seus processos e auditorias, inclusive àqueles ainda em andamento. O tribunal também seria obrigado a

examinar e aprovar, previamente, todos os editais de licitações para obras e serviços terceirizados do Poder Executivo.

Um segundo projeto de lei do senador Osmar Dias estabelece novos critérios para nomeação de ministros do TCU, exigindo dos candidatos experiência de dez anos na administração pública, não filiação partidária nos cinco anos anteriores à sua indicação e não estar respondendo a processos judiciais. Não poderiam também estar movendo ação contra a administração pública.

O senador pelo Paraná apresentou um terceiro projeto de lei prevendo que qualquer servidor público respondendo a processo judicial, e que por estar foragido da Justiça não compareça às audiências, deverá ter sua remuneração suspensa até que se apresente às autoridades. "É injusto para a sociedade que o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, no mínimo um ladrão do dinheiro público, continue a receber R\$ 10 mil mensais, pagos pelo contribuinte brasileiro", concluiu Osmar Dias.

Lauro Campos defende programa que garanta interesse da população

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou que o país somente será uma sociedade justa e igualitária quando possuir um governo que adote um programa corajoso voltado para os interesses da população brasileira. Esse programa, segundo disse, deve basear-se na política "do não". "Não ao FMI, à dívida externa, à dívida pública e à dívida social", explicou.

Somente dessa maneira, no entender de Lauro Campos, é que o país poderá construir uma nação forte e ter uma sociedade "de pé e corajosa", o que não vem sendo feito, afirmou, pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em sua opinião, é avesso a dizer não. Por isso, continuou o senador, o presidente já começa a amargar a impopularidade, "com apenas 13% de aceita-

ção perante a opinião pública, de acordo com as últimas pesquisas".

Para Lauro Campos, o capitalismo, e em especial a doutrina neoliberal, vem causando o desemprego, a fome e a miséria em todo o mundo. O senador apontou a "negatividade destrutiva e desumana" desse sistema como principal responsável pela desagregação de nações inteiras, principalmente as localizadas no Terceiro Mundo.

O senador pelo Distrito Federal considera que "é chegado o momento de os governos construírem sociedades voltadas para o homem, em que saúde, educação, emprego e moradia, entre outros pontos, sejam prioritários".

— Mas com esse capitalismo que domina o mundo será praticamente impossível — alertou



Lauro Campos: o governo deve ser corajoso e dizer "não ao FMI, dívida externa e dívida pública"

Lauro Campos.

Ele observou que, desde 1940, nada menos que 54 trilhões de dólares foram gastos somente nas áreas nuclear e bélica. Esse dado, conforme o parlamentar, mostra que o capitalismo desenvolveu os meios de destruição, em detrimento da produção, o que levou ao aumento da miséria em todo o mundo.

Os senadores Álvaro Dias (PSDB-PR), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP), em apartes, destacaram as "colocações lúcidas" de Lauro Campos, lembrando que os discursos do senador petista são sempre bem fundamentados.